

Solvência exige aportes de R\$ 7,3 bi

FINANÇAS & MERCADOS

São Paulo, 28 de Junho de 2007 - Caso capital seja realocado entre controladas, valor pode cair para R\$ 2,6 bi, diz estudo. As **seguradoras** terão de aportar R\$ 7,3 bilhões entre 2008 e 2010 para se adequarem às novas regras de capital mínimo publicadas pela Superintendência de **Seguros Privados** (Susep) em dezembro passado. O valor elevaria o patrimônio líquido ajustado do setor de R\$ 6,1 bilhões para R\$ 13,3 bilhões, um aumento de 119%, segundo estudo do consultor Flávio Faggion, da Siscorp, levando-se em conta 95 **seguradoras**, que consolidadas representam 68 grupos. Se as novas regras já estivessem valendo, 61% das **seguradoras** estariam com insuficiência de capital.

No entanto, se considerado o movimento do patrimônio das companhias controladas ou ligadas pelas **seguradoras**, o efeito das novas regras indica que o mercado tem uma insuficiência menor de recursos, de R\$ 2,6 bilhões. Ou seja, muitas delas podem fazer uma realocação patrimonial, sem precisar que o acionista tire dinheiro do bolso para colocar na operação.

A insuficiência de capital cria um cenário de mudanças para o setor de **seguros**. De acordo com o estudo, os movimentos mais esperados são de aportes de recursos feitos pelos acionistas; aquisições de **seguradoras** ou carteiras; readequação dos volumes de negócios com a contratação de resseguro; redefinição de estratégia de atuação em determinados produtos e regiões; aumento do número de especializadas; e reestruturação dos custos.

O estudo divide o mercado em três segmentos:

seguradoras com distribuição pelo canal banco; com participação de capital estrangeiro; e independentes com capital nacional. Faggion afirma que o menor impacto ficou para as **seguradoras** com distribuição pelo canal bancário e o maior com as empresas com participação de capital estrangeiro. "Enquanto as **seguradoras** ligadas a bancos necessitam de 106% de aumento de capital, o percentual das estrangeiras é de 139%". Além disso, explica, o grupo de **seguradoras** com distribuição pelo canal banco, por ser mais capitalizado, tem folga de recursos. "O capital líquido ajustado deste grupo representa 1,7 vez a necessidade de capital, enquanto os outros dois conjuntos têm insuficiência", informou.

As **seguradoras** podem optar por um plano de contas sugerido pela Susep ou por um modelo próprio. As referências de valores citadas no estudo da Siscorp decorrem da média dos valores obtidos no cálculo de ambas situações. Das 25 **seguradoras** no grupo com distribuição pelo banco, 9 delas (36%) têm patrimônio líquido ajustado inferior ao capital mínimo necessário. No grupo de 36 **seguradoras** com participação de capital estrangeiro, 26 (72%) têm insuficiência de capital. No grupo das independentes com capital nacional essa proporção é de 23 (68%) **seguradoras** de um conjunto de 34.

Osvaldo do Nascimento, diretor do Itaú responsável pelas operações de **seguros**, previdência e de capitalização, informou que as **seguradoras** ligadas a bancos geralmente tem um modelo próprio de capital mínimo, em razão do banco ter de seguir normas internacionais como Basileia I e II. As estrangeiras alegam ter um modelo próprio também, pois são obrigadas a seguir o plano de contabilidade internacional da matriz.

Continuação: Solvência exige aportes de R\$ 7,3 bi

Nascimento diz que as regras são necessárias para inserir as **seguradoras** brasileiras em padrões internacionais. "Um país que logo terá investment grade terá de ter **seguradoras** capitalizadas e transparentes. Mas as normas têm de servir para ajudar a melhorar as condições do setor e não para reduzi-lo.

Por isso acredito que será necessário modificações e um prazo maior para adaptação para que não inviabilize a operação de companhias que encontrem dificuldades de aportar recursos", explicou.

(Gazeta Mercantil/Finanças & Mercados - Pág. 2)
(Denise Bueno)